

## SEMINÁRIO REALIZADO EM 21 DE JUNHO DE 2007

### PLANO DIRETOR DECENAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Presidência das Sras. Vereadoras Nereide Pedregal, Presidente e Aspásia Camargo, Vogal da Comissão Permanente do Meio Ambiente.

Às quatorze horas e cinqüenta e três minutos, no Salão Nobre, tem início o SEMINÁRIO DO PLANO DIRETOR DECENAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO em parceria com a Comissão Permanente do Meio Ambiente, sob a Presidência da Sra. Vereadora Aspásia Camargo, Vogal da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Dou por aberto o Seminário do Plano Diretor, conforme Processo CMRJ nº 3.469/07.

Quero aqui de antemão pedir desculpas à Secretária por essa indelicadeza de deixá-la esperando tanto tempo. A Casa está um pouco agitada, em pleno processo de sucessão da Presidência da Casa e por essa razão acho que houve dificuldade de articulação. Mas quero dizer que mais importante do que essas reuniões certamente é o que nós vamos discutir aqui, porque a Câmara de Vereadores, desde que recebeu a proposta de Plano Diretor que veio do Executivo, achou que valia a pena aprofundar mais essas propostas, enriquecer mais esse processo.

É com essa intenção que estamos, justamente, recebendo a Secretária e os técnicos, para que possam nos ajudar a aprofundar os pontos necessários para que a Política Ambiental da Cidade do Rio de Janeiro seja a melhor possível.

Tendo em vista a ausência dos titulares principais, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator da Comissão Especial do Plano Diretor, eu assumo a Presidência dos trabalhos e tenho a satisfação de passar a palavra à Secretária.

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o meu líder Paulo Cerri, agradecer à Vereadora Aspásia Camargo por ter socorrido a Comissão na abertura dos trabalhos e dizer que fico muito triste, pois é uma oportunidade que tenho de rever os meus colegas e, infelizmente, só vou poder ter contato com alguns. Mas o trabalho tem que acontecer e acho que temos que objetivar esse momento, que é um espaço precioso.

Nós temos duas técnicas: a Ruth Saldanha, que trabalhou nesta Casa durante muito tempo e é Diretora da Educação Ambiental e a Magda Valverde, que é nossa Coordenadora de Despoluição Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente. Elas vão apresentar a proposta do Plano Diretor e, depois, nós podemos até conversar além da proposta, se houver tempo e interesse.

A Secretaria se disponibilizou para que nós pudéssemos trocar idéias. Acho fundamental que se pense, se discuta e que se diga que cidade é essa que o Poder Público, seja ele do Executivo, seja ele do Legislativo, está traçando, traçou e vai traçar para esta cidade que é de responsabilidade nossa.

A nossa visão fica mais facilitada à medida em que tenho o corpo e o coração pulsando dentro desta Casa e, hoje, o carinho, o coração também dentro

do Executivo. Então, a gente consegue ter uma imagem dos dois níveis de instituições que traçam o rumo desta cidade.

Vou pedir à Ruth que seja extremamente objetiva, porque se deixar a Ruth fala até de noite, para que a gente tenha a oportunidade de conversar um pouquinho mais além da rigidez do *Power Point*.

A SRA. RUTH SALDANHA – Boa-tarde a todos!

A gente procurou fazer nessa apresentação uma síntese de todos os momentos que aconteceram na Secretaria de Meio Ambiente com relação ao estudo do Plano Diretor.

Então, essa é a imagem da nossa cidade, com a parte que tem de cobertura vegetal e a parte consolidada de ocupação urbana, lembrando quais são os objetivos com relação à questão ambiental do Plano Diretor. A gente está garantindo a manutenção desse patrimônio ambiental – proteger, executar as políticas ambientais, estimular a participação da população nessa proteção e manutenção desse patrimônio, garantir a divulgação dessas informações ambientais e também as séries históricas de indicadores e resultados dessas medições ambientais.

O Rio de Janeiro é uma cidade muito especial no que diz respeito à questão ambiental. Ela está inserida dentro da área da reserva da biosfera de Mata Atlântica. É das metrópoles do planeta de maior índice de diversidade. É uma cidade megadiversa. Então, isso é uma coisa que está sempre na nossa mente quando a gente está fazendo o planejamento. A cidade, hoje em dia, tem uma população, medida pelo último Censo, de 5 milhões e lá vai pedrada, mas a gente já está com mais de 6 milhões. A região metropolitana tem em torno de 12 milhões de habitantes. É muito importante estar pensando nessa Região Metropolitana porque toda essa população, na verdade, utiliza, ocupa e impacta a região da Cidade do Rio de Janeiro, sobretudo.

A gente fez um pequeno resumo desse patrimônio: 78 km de praias, lagoas, 30 mil hectares de Mata Atlântica. Na parte de unidades de conservação, sob tutela do Município, a gente tem 25 APAs, 3 APARUs, 1 ARE, parques naturais municipais são 16, dois parques estaduais estão sob a nossa tutela, tem 4 tombamentos, 1 monumento natural e mais duas outras unidades, todas sob a nossa responsabilidade. Além disso, toda a parte de restingas, manguezais, áreas de entornos de recursos hídricos, margens de rios, nascentes, olhos d'água são também áreas protegidas pelas Legislações Federal e Estadual, os parques urbanos também. Então, a gente tem uma responsabilidade imensa na cidade.

As atribuições da Secretaria, então, seriam: o monitoramento ambiental, a gestão de unidades de conservação, e queria chamar atenção para essa imagem que é a imagem da Avenida Pasteur no século XIX. A nossa apresentação traz essas imagens por conta do que a gente acha ser necessário fazer em termos de reflexão sobre o que vem sendo essa ocupação desse ambiente onde a gente vive e onde a gente tem esse ambiente megadiverso. Então, a gente tem...

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES – Já que a Ruth está chamando atenção para o que era, eu acho que é interessante que a gente fixe essa imagem, não só do verde que existe no entorno das construções, mas

também no piso. O piso, na parte interna, parece que tem uma parte com muita grama, pouco asfalto, algum concreto, mas uma permeabilidade grande, diferente do que a gente vai ver logo em seguida. E poucas invasões lá na subida do morro.

A SRA. RUTH SALDANHA – Bom, entre as nossas atribuições estão o monitoramento ambiental, a gestão dessas unidades, fazer o controle, a recuperação das áreas, educação ambiental e mais outros projetos especiais. Especificamente na estrutura da Secretaria de Meio Ambiente, temos a Fundação Parques e Jardins, que cuida da arborização urbana, que está cuidando de mais de 700 mil árvores hoje em dia, praças, parques, também educação ambiental, preservação de espécies.

Bom, aí, a Praça XI, que não existe mais como antigamente. Com relação a essa idéia de que o Plano Diretor Decenal, que era de 1992, deveria ter sido revisto em 10 anos, foi mandado um projeto para a Câmara, mas o de 1992, só para chamar a atenção, foi feito dentro de um contexto internacional e de uma conjuntura nacional sob a influência da Rio 92, no momento em que as questões ambientais começavam a ser discutidas mundialmente com muito destaque. Do ponto de vista ambiental, ele é muito bom. Ele estimulou a criação da Secretaria de Meio Ambiente e, antes de ser elaborado, foi feito um diagnóstico ambiental da cidade.

Bom, o processo de revisão começou com o PLC 25, em 2001, encaminhado pelo Executivo para a Câmara. Em 2005, a SMU criou um grupo de trabalho para atualizar esse Plano Diretor cuja apreciação não tinha sido terminada, o PLC, e desses estudos do grupo de trabalho, que tiveram quatro subgrupos, dos quais a Secretaria de Meio Ambiente participou de todos, foi gerado o Substitutivo nº 3, que é o que está hoje na Câmara em processo de avaliação por essas Audiências Públicas. Sempre houve representantes nossos nesses grupos, mas quando foi feito o Substitutivo nº 3, a avaliação interna dos técnicos era de que o Substitutivo nº 3 era muito econômico, tinha tirado bastante e a parte ambiental não estava muito bem detalhada.

A imagem que vocês estão vendo é da Praia de Copacabana, quando estava começando a ser construído o Hotel Copacabana Palace, em 1922.

Bom, a partir das reuniões da Câmara Técnica Permanente de Políticas Ambientais – o Conselho Municipal do Meio Ambiente tem várias câmaras técnicas, umas permanentes, outras temporárias – os técnicos da Secretaria mais a sociedade civil e outras instituições participam e debatem as questões e a política ambiental da cidade. Então, veio à tona novamente a questão do Substitutivo nº 3, de como estava e de como tinha sido pouco detalhada a complexidade ambiental da cidade.

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES – Só para fazer um parêntese, a Ruth está um pouco cheia de dedos. Na verdade, os técnicos da Secretaria de Meio Ambiente apresentaram e encaminharam a proposta específica da Secretaria e não participaram da elaboração final do documento, e quando o pai da criança não está presente, a tendência é enxugar. E como quem fez essa redação final não tinha o detalhamento das propostas, não conseguiu expressar tudo aquilo que os técnicos da Secretaria gostariam de expressar no

Plano Diretor. É claro que tem um pouco de choro nisso também, porque quando se elabora algum tipo de material, qualquer vírgula que é retirada é sempre um problema. Mas a Secretaria de Meio Ambiente tem uma retaguarda que as outras Secretarias não encontram eco e o conselho, o Consemac, consegue, então, nesse momento, recolocar nos documentos os detalhamentos que a Secretaria entendeu serem importantes e que foram enxugados, não por uma vontade de cortar, mas por até desconhecerem a importância de determinados pontos que está sendo recolocados novamente no documento. Então, esse dedo todo para falar é para dizer que a gente está repondo tudo aquilo que ocasionalmente tenha sido retirado do documento original da Secretaria. Eu fico à vontade porque eu não fazia parte da Secretaria. Então, eu estava do lado de cá e é muito mais tranquilo. A Secretaria está conseguindo, através do Consemac, através das câmaras técnicas, recolocar em pauta tópicos ou detalhes que não estão hoje no documento do Plano Diretor.

A SRA. RUTH SALDANHA – Substitutivo nº 3, não é? Então, refizemos várias Audiências e Debates no âmbito da Câmara Técnica de Políticas Ambientais, e o resultado disso foi uma comparação entre o Plano Diretor em vigor com uma série de outras questões ambientais que chegaram, como a questão das mudanças climáticas. A própria Cidade do Rio de Janeiro colocou um protocolo de intenções para mudanças climáticas, que o Substitutivo nº 3 não atendia, e o resultado disso foi levado ao Consemac, em um parecer da câmara técnica que virou uma Indicação – número 7 – que o Prefeito encaminhou, através da Secretaria de Meio Ambiente, para a Câmara Municipal, em 25 de maio.

Eu queria chamar atenção para o Bairro da Glória. Deixa ver se eu consigo mostrar. O Bairro da Glória sem o Aterro do Flamengo e com um outro contorno. A Igreja da Glória e o mar bem mais perto.

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES – Isso está parecendo sessão nostalgia, não é?

A SRA. RUTH SALDANHA – Porque uma das coisas que se verifica é que, apesar de estarmos nessa área, o Rio de Janeiro era muito bonito e a permeabilidade do solo, hoje em dia, sofre com enchente e tudo o mais. Além disso, a cidade foi toda concretada. Então, fizemos um resumo desse parecer, que é bem longo, com um anexo, que recomenda a inclusão no Plano Diretor do zoneamento ecológico e econômico. Isso quer dizer o quê? Quer dizer um olhar na cidade pelos usos, pelas suas, vamos dizer, vocações.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Sem querer interromper, quero dizer que o anexo é bem-vindo; porque uma das cobranças que temos feito aqui é por anexos, que são muito importantes para visualizar as propostas.

A SRA. RUTH SALDANHA – Veio junto com a Indicação.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Ótimo.

A SRA. RUTH SALDANHA – Quanto ao zoneamento ecológico seria essa intenção: que tivesse esse olhar para o principal ativo dessa cidade, que é o nosso meio ambiente.

A implementação da Agenda 21 e do Plano Estratégico, que são documentos que a cidade discutiu e debateu bastante, mas que estavam fora como planejamento.

Um sistema de registro, cadastro e informações geográficas ambientais unificadas.

O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental e de redução dos gases que causam o efeito-estufa. A maioria das cidades, do mundo inteiro, está criando suas metas de emissões por conta da questão climática.

A mitigação das mudanças climáticas, enquanto há outras políticas a serem somadas a essa questão da redução das emissões de automóveis e outras atividades.

A instituição do Sistema Municipal do Espaço Visual Urbano, que teria a ver com a questão da poluição visual e tecnologias sustentáveis.

A outra coisa é a Avenida Beira Mar, sem o Aterro do Flamengo, com uma pequena ressaca lá no fundo. Vejam a questão da densidade de ocupação e as recomendações. Além das inclusões, há recomendações.

A rediscussão do capítulo de políticas ambientais na parte de licenciamento ambiental.

O programa de gerenciamento integrado de resíduos foi retirado nessa revisão, mas constava do Plano de 92.

A adoção de padrões urbanísticos mais restritivos, também. Então, existe uma série de coisas importantes a serem incluídas.

Aí vemos a Esplanada do Castelo, com o desmonte do aterro da Lagoa do Boqueirão, que ali existia. Nas recomendações, há o acompanhamento de passivos ambientais. O que é isso? Existe uma indústria poluidora daquele material. Lugar onde há material químico poluente, tem de ter um acompanhamento para futuras ocupações.

O controle da poluição, em todos os aspectos, que também não está muito claro no Substitutivo nº 3.

A proteção à formação de ilhas de calor e estímulo à eficiência energética. Existe um adensamento tão grande, que a circulação do ar, na cidade, é comprometida. Com as fotografias de satélite, dá para ver isso, claramente. Há corredores em Copacabana, Madureira e Bonsucesso.

O controle da permeabilidade do solo.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Mas o que quer dizer “proteção à formação de ilhas de calor”?

A SRA. RUTH SALDANHA – Que haja esses adensamentos e que seja feito um monitoramento para evitar a formação de mais ilhas de calor. Se você faz só o zoneamento ecológico e econômico, você não vai garantir isso.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Então é proteção contra a formação?

A SRA. RUTH SALDANHA – É contra a formação.

Gerenciamento de proteção de mananciais e dos recursos costeiros. É outra coisa que os municípios têm que fazer e que o Rio de Janeiro ainda não fez.

Por conta dessa complexidade de propostas, a câmara técnica e o Consemac aprovaram esse parecer, que foi encaminhado à Câmara Municipal pedindo a prorrogação do prazo da realização das Audiências Públicas, para que seja realizada uma análise mais detalhada dessa proposta no tema ambiental do Plano Diretor.

Isso é a Lagoa Rodrigo de Freitas com Leblon e Ipanema ao fundo, e vemos lá no fundo a barra da Lagoa aberta.

De novo temos a Barra da Tijuca, a Pedra da Gávea e as praias de Ipanema, Leblon e São Conrado.

As expectativas desse Plano surgem dessas novas Audiências, compartilhadas por todos, buscando usufruir, de uma forma racional, os recursos da cidade e criando padrões de sustentabilidade, porque até então, não fizemos isso.

Há cenários futuros, para os quais gostaríamos de chamar atenção. Refiro-me a esse mundo das mudanças climáticas, que é uma responsabilidade muito maior dos gestores públicos e dos formadores de políticas. Há necessidade da mudança de matriz energética e dos padrões de consumo. Estamos na década da segurança alimentar, exatamente por conta dessa dificuldade de acesso aos recursos, ou seja, limitação ao acesso à água potável e o esgotamento do suporte de capacidade desse espaço urbano da Cidade do Rio de Janeiro, por conta de todos esses adensamentos.

Quero voltar à primeira foto para mostrar os corredores ecológicos.

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES – A parte do Plano Diretor encerraria aqui, mas a Magda gostaria de falar um pouquinho sobre o que a Secretaria está fazendo. Não posso deixá-la frustada. Magda, por favor.

A SRA. MAGDA VALVERDE – Vou mostrar, rapidamente, alguns programas. Com relação ao monitoramento ambiental, era para sair na Semana do Meio Ambiente, mas infelizmente por uma questão de ajuste no texto, o convênio entre o estado e o município só será celebrado no final desse mês e vai haver uma colaboração. A idéia desse convênio é que façamos de forma compartilhada a parte do monitoramento dos recursos naturais do Rio de Janeiro.

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES – Quanto ao aprimoramento a Magda é extremamente detalhista. Nesse questão entendemos que essa foi a primeira sinalização que o Prefeito Cesar Maia fez com relação à otimização dos recursos. Tanto a Prefeitura do Rio, quanto o Governo do Estado tinham ações semelhantes e, às vezes, locais de monitoramento iguais. Isso é gastar de um lado e gastar do outro. O Prefeito propôs que sentássemos com o Governo do Estado e definíssemos o que seria bom para cada um. Ficamos com o monitoramento da areia, que já estávamos fazendo e o contrato estava em andamento.

Então, era mais interessante que permanecesse com o município. O monitoramento da água passaria para o Governo do Estado, todo ele elaborado numa proposta conjunta, numa discussão conjunta entre os técnicos do Estado e da Prefeitura, para definir a forma e os pontos de monitoramento. A grande questão ficava por conta do monitoramento do ar, que era exatamente o que a Magda controlava e, como boa técnica, se desesperou, porque não aceitava que tivéssemos que parar o monitoramento do ar. O Prefeito foi extremamente feliz nessa sinalização, porque deu oportunidade de nos movimentar e a Magda, pessoalmente, trabalhou para que esse convênio acontecesse com a Petrobras. Em lugar de termos cinco pontos de monitoramento, teremos nove pontos de monitoramento do ar.

Então, não só vamos continuar com o monitoramento, como vamos ampliá-lo. Então, isso, para a cidade, foi muito bom; para os técnicos, melhor ainda; e há uma projeção de aumento a cada ano, de aumento gradativo dessas áreas de monitoramento. A proposta é de cinco anos de aumento anual dos pontos de monitoramento.

O grande charme dessa proposta é a parceria da Prefeitura com o Governo do Estado. E nós colocamos com muita propriedade, junto à Secretaria de Estado: todos os dados serão repassados automaticamente para a equipe técnica do Estado, para a equipe técnica da Prefeitura, que vão estar permanentemente em sintonia para análise e discussão dessas informações. Isso não só aproximou o município do estado, como forçou a que os técnicos reavaliassem, cada um, a sua proposta que existia isoladamente.

Eu acho que isso é um crescimento, seja para um lado, seja para outro. A Magda fica aqui, querendo dizer que o dela era melhor; não era – os dois eram bons. Com linhas diferentes, pontos diferentes, mas que cada um fazia de uma maneira. E, agora, tem uma única diretriz, em que todos os técnicos, tanto os da Prefeitura, quanto os do estado, vão ser realimentados de informações pela Petrobras; o município, alimentando o estado no monitoramento da areia; e o estado, alimentando o município no monitoramento da água.

Eu acho que vamos utilizar o nosso recurso... Ela vai financiar o monitoramento do ar. E ela nos fornece, ao mesmo tempo, tanto para a Prefeitura, quanto para o estado, todas as informações que estão no detalhamento do projeto.

E eu estou falando... parece até que eu sou a técnica do monitoramento.

Fala, Magda!

A SRA. MAGDA VALVERDE – Bom, o ar, na realidade, são nove estações...

Posso ir na mesma linha, que eu chego lá?

Bom, nesse convênio, então, ficou estabelecido essa parte de divisão entre as atribuições, a parceria entre o estado... Pela primeira vez, nós estamos sentando com os técnicos e discutindo tecnicamente qual é a melhor metodologia. Eles vão, na realidade, estar diretamente ligados conosco. Esse convênio deve sair, e muito breve; isso aqui é até uma prévia, vocês estão sabendo de notícias, na realidade, antes de elas, efetivamente, ocorrerem.

Com relação à questão da qualidade da água de praias e lagoas, a parte toda de praia ficou com a Feema, e também as lagoas da Baixada de

Jacarepaguá, exceto a Lagoa Rodrigo de Freitas, por ela estar sob jurisdição do município. Por força do primeiro convênio que foi assinado entre o estado e o município, a Lagoa Rodrigo de Freitas foi transferida para a tutela do município.

Então, a Fundação Rio Águas já está atuando; a Feema está, ainda, fazendo monitoramento, até que nós nos habilitemos para entrar e substituí-la. Temos ainda um ponto na Lagoinha que vai permanecer conosco, que a Feema não fazia, e nós não podemos deixar de cobrir, é dentro de um parque municipal. E um ponto na Prainha, aliás, dois pontos na Prainha, por conta da Secretaria Municipal de Meio Ambiente estar candidatando a Prainha ao *Blue Flag*, que é uma certificação internacional.

Com relação ao monitoramento de água potável, esse é um programa que já vem caminhando, é um programa nosso, não faz parte desse convênio com o estado. É um programa em que a gente faz mil análises de amostra de água para consumo, prioritariamente, dentro das nossas próprias escolas. A cada seis meses, toda as nossas escolas são monitoradas, todas as nossas creches, todas as nossas unidades de saúde municipais. E o que, na realidade, resta dessas amostras, ainda é utilizado e distribuído pela área, em fator proporcional à população. Isso vem, também, como a minha colega está recordando aqui, somar ao programa de vigilância e saúde ambiental, que está sendo desenvolvido pela Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria de Saúde e outros órgãos da Prefeitura.

O monitoramento da qualidade das areias vai ficar totalmente, na íntegra, sob a responsabilidade do município.

Respondendo, então, são 35 pontos na questão da areia, que vai desde a Ilha de Paqueta, Ilha do Governador, Baía da Guanabara, praias oceânicas, até à Baía de Sepetiba.

Com a questão do monitoramento do ar, nós hoje temos uma unidade móvel e quatro unidades fixas. Essas unidades... A questão móvel é uma estação mais completa, ela mede 16 parâmetros; é porque o NOx, na realidade, são três parâmetros, mas esses são os parâmetros medidos, monóxido de oxigênio, CO2, metano, hidrocarbonetos, bom... Ainda temos parâmetros meteorológicos, como velocidade e direção de vento, radiação solar, temperatura, umidade e pressão.

As estações fixas são, na realidade, mais simples e estão localizadas em São Cristóvão, Centro, Tijuca e Copacabana.

Esse outro convênio, que foi, na realidade, a busca de uma parceria com a Petrobras, vai, na realidade, não só financiar esse nosso monitoramento – que já existe, os nossos equipamentos já existem – como possibilitar a ampliação dele. O interessante é que, na questão do ar, observamos que o estado e o município não se sobrepunham, em termos de redes. Então, as redes vão se somar; elas vão, na realidade, trabalhar em conjunto, num único sistema, em que todo mundo leia todo mundo.

Bom, nós não temos também... também esqueci de falar essa questão... o monitoramento do ar também vem muito forte com relação à questão das mudanças climáticas. Essa é uma questão que está crescendo.

Com relação à disposição dessas novas estações, vai ser feito um estudo de otimização da rede.



A cobertura vegetal também é monitorada. Evidentemente, nossos equipamentos, nas cinco estações, serão reaproveitados; as quatro estações é que serão novas.

Com relação ao monitoramento da cobertura vegetal, a gente, periodicamente, faz uma atualização disso, porque nós temos que controlar, no Rio de Janeiro, se nós estamos perdendo cobertura vegetal, e para que, se é para a agricultura, para a queimada; ou se não estamos ganhando, onde estamos, com pontos de reflorestamento.

Então, a nossa última atualização foi em 2001, estamos agora em procedimento de Licitação para uma nova atualização. E, recentemente, há umas duas semanas, na Semana do Meio Ambiente, saiu o nosso estudo do mapeamento da cobertura vegetal e uso das terras do Maciço do Mendanha, em convênio com o IPP. É um trabalho muito mais detalhado, com uma escala muito melhor, em que você consegue visualizar exatamente até as pequenas manchas de agricultura, ou de banana, ou o que tenha naquele maciço. Na verdade, tem que recuperar e ampliar o Mendanha.

Agora, nós temos também aqui a proposta do corredor verde, Secretária, que fica entre os Maciços da Tijuca e do Mendanha... desculpe, da Pedra Branca, e que a proposta seria fazer a neutralização do PAN, já começando a reconstituir esse corredor verde, que justamente passa por cima das Avenidas Abelardo Bueno, Catonho e uma outra. E aquela área toda está bastante degradada, aquela parte inicial do Maciço da Pedra Branca e...

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES – São sete ilhas. Essas sete ilhas serão todas reflorestadas. É uma grande parceria entre o Governo Federal, o Governo Estadual e o Governo Municipal; e iniciativa privada, provavelmente. Nós estamos negociando que ela seja sem ônus, que seja patrocinada. Aliás, o Prefeito Cesar Maia adora essa história do “sem ônus”. Então, a gente aprende a ficar com o pires na mão, barganhando algumas coisas. É um bom exercício.

Mas, de qualquer maneira, nós temos a grande parceira com o Governo do Estado. O Secretário Minc tem sido um grande parceiro. Nós levamos a proposta à Secretaria de Ambiente do Estado, e ele topou de imediato essa proposta. Vai ser em torno de 70 hectares, se não me falha a memória, deve ser mais ou menos em torno disso.

Nós vamos retomar o *ranking* de maior área verde no mundo, com a união da Pedra Branca com a Tijuca... O pessoal do financeiro está desesperado ali, achando que a gente está falando bobagem, mas, não é, não. Nós retomamos, com a união desses dois maciços, a gente retoma o maior volume de vegetação em área urbana do mundo. Isso para nós é uma vitória, uma conquista. Ele é muito mais... Fala aí.

A SRA. MAGDA VALVERDE – É só uma alegria para comemorar, que, no último levantamento de Mata Atlântica que teve para as metrópoles, o Rio de Janeiro foi, das cidades de Mata Atlântica da Região Sudeste, a única que não perdeu vegetação.

A gente completou, agora, 20 anos num programa de reflorestamento, que é uma camiseta dentro da Secretaria, todo mundo a veste, a Secretária também

vestiu. A gente completou 2.500 campos de futebol de Mata Atlântica plantada na cidade, são 4 milhões...

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES – De mudas...

Claro, 4 milhões foram quando foram comemorados os 20 anos. Só este ano, a gente já tem a meta de 1.200 milhão mudas.

A SRA. MAGDA VALVERDE – Eu só queria ressaltar a importância deste instrumento, porque são instrumentos de gestão, de planejamento, ou seja, quando se faz o monitoramento da cobertura vegetal do município e se disponibiliza isso para a população, para o poder, na realidade, os tomadores de decisão, isso é, na realidade, uma ferramenta, um instrumento e, com certeza absoluta, de uma importância sem limites.

A recuperação, também, de área degradada, através do mutirão de reflorestamento, como a colega colocou, já faz 20 anos de programa. Temos, aí, 1.715 milhão hectares de áreas reflorestadas. Esses números são fresquinhos, de hoje, com 4.100 milhões mudas plantadas, aproximadamente.

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES – As 100 mil mudas foram plantadas agora, no período da comemoração do Meio Ambiente. Foi um grande esforço que todas as equipes fizeram, em relação ao plantio de reflorestamento.

A SRA. MAGDA VALVERDE – Bom, o programa atua hoje em 116 áreas beneficiadas. Como todos sabem, o programa de mutirão de reflorestamento atua nas áreas de comunidades, próximo às áreas de comunidades, e utilizando a mão-de-obra de “mutirados”, ou seja, pessoas que se dispõem a aprender e fazer o plantio, com a Secretaria orientando tecnicamente, acompanhando e monitorando. E essas 116 áreas beneficiadas, até hoje, dentre elas, 96 hoje estão ativas, ou em manutenção, ou em plantio.

Só um exemplo, o Morro Dois Irmãos, antes do reflorestamento, e essa foto já é antiga, vocês podem ver que ele alterou... Essa área que ela está apontando está completamente fechada, também, coberta, porque essa foto é um pouquinho mais antiga, ainda.

Agora, temos também os nossos guardiões dos rios, que também trabalham através de mão-de-obra de comunidade. Eles já estão atuando hoje em 107 áreas, com, aproximadamente, 161 quilômetros de extensão, de recuperação. Eles fazem as limpezas das margens dos rios, fazem a remoção desses resíduos. Esses resíduos depois são encaminhados para a reciclagem, através de ecopontos. Estamos estabelecendo agora uma parceria com a Comlurb para instalação de mais ecopontos, para que a gente possa coletar. Além disso, eles fazem o replantio, muitas vezes da faixa marginal de proteção. É um programa, também, muito especial da Secretaria, muito emblemático.

O Ecolimites é um programa que tem como objetivo, na realidade, proteger as áreas que já estão recuperadas do avanço das comunidades. Então, ele faz uma delimitação física. Já temos 47 áreas com 41 quilômetros implantados de delimitação física.

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES – Cabe uma ressalva. Apenas uma área na Rocinha teve o Ecolimite ultrapassado no LaboRio; o desrespeito em relação a essa delimitação, o que significa que deu certo. É possível que tenha tido uma meia casa em algum lugar, mas significativamente, na Rocinha foi o único lugar que ultrapassou a delimitação estabelecida pela Secretaria. E mesmo assim, porque os técnicos tiveram dificuldades de acessar a comunidade.

A SRA. MAGDA VALVERDE – Bom, quero falar um pouquinho, agora, sobre a questão de controle ambiental que é a questão da parte de fiscalização.

Como instrumento de fiscalização, a Secretaria possui cinco escritórios técnicos regionais, que são descentralizados, cada um atuando em uma área de planejamento do Rio, na AP-1, na área do Centro; tem ETR1, que é o escritório 1; AP-2, AP-3, AP-4, AP-5. AP-2 é a Zona Sul e Tijuca; AP-3 estão na Zona Norte, é a parte toda da Zona Norte e Ilha do Governador; a AP-4 pega a Baixada de Jacarepaguá, com Barra, Recreio e Jacarepaguá, propriamente dito; e a AP-5, que pega, mais ou menos, a metade do município e pega as grandes Regiões Administrativas de Bangu, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba.

Bom, temos ainda, então, contabilizadas em 2006, 5.186 vistorias realizadas por essa equipe. De todas as modalidades, todos os assuntos: poluição sonora, fumaça preta, fiscalização de desmatamento, de todos os tipos, sem contar a patrulha ambiental, que eu vou falar a seguir.

Bom, temos dois programas, na realidade, muito marcantes dentro da parte de fiscalização, como a Campanha Limpando o Ar, que a gente costuma chamar de fumaça preta, que faz a fiscalização das emissões de material particulado, por veículos movidos a diesel. É um programa que já tem mais de 12 anos, mais de 23 mil veículos vistoriados, com resultados, efetivamente, concretos, em termos de redução de emissão de material particulado. Apenas para lembrar, a gente respira o ar, ele entra e ele sai, ou seja, os gases entram e saem; mas o material particulado, que é muito fino, entra, vai para as nossas vias respiratórias e muitas vezes não tem condição de ser expelido, devido à espessura dele. Então, é muito danoso para a população, para a saúde pública. Por isso esse programa é um programa tão bem sucedido e tão importante dentro da Secretaria.

A poluição sonora, como todos sabem, é também uma grande demanda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. E em termos de demanda de Ouvidoria, é o tipo de poluição que requer mais atenção. A população também se incomoda muito, a população está envelhecendo. Isso, também é uma questão que passa a incomodar mais a pessoa de idade do que uma pessoa que é jovem. E é um programa também estabelecido já desde 1992, dentro da Secretaria de Meio Ambiente.

A Patrulha Ambiental é um grupo de fiscalização, só que atua 24 horas. No ano de 2006, fez 3.232 vistorias. Eles atuam, basicamente, em, praticamente, todos os tipos de poluição que os escritórios fazem. Mas qual é a diferença? A Patrulha atende emergencialmente. Ou seja, está ocorrendo naquele momento um corte de árvore. Então, a Patrulha vai e vai coibir aquele corte da árvore. Eles fazem também captura de animais silvestres, fazem combate a incêndio; na questão também de produtos perigosos, eles estão preparados para

isso, receberam cursos da Feema. Então, é um grupamento bastante importante dentro da fiscalização.

Com relação à educação ambiental, nós todos estamos contando com três centros de Educação Ambiental: o de Marapendi, o de Prainha-Grumari e o do Jequiá.

E temos hoje, contabilizados entre 2005 e 2006, 6.464 visitantes nos nossos Centros. Eles fazem diversas atividades, visitas guiadas, apresentam, na realidade, assunto específicos, fazem oficinas com as crianças, treinam professores, ou seja, a nossa equipe de Educação Ambiental atua também nas comunidades, através das nossas agentes ambientais. E... se a Sra. Secretária quiser complementar alguma coisa que eu esteja esquecendo...

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES – Eles falam isso porque eu sou a pessoa mais chata em relação à questão ambiental.

Independente disso, eu acho que nós temos um papel importante, em relação a esses Centros, em relação aos nossos parques.

Uma parcela muito grande da população não conhece esses espaços. Então, eu acho que vocês, como são formadores de opinião, poderiam ajudar a divulgar a visitação dos nossos parques. Vale a pena. A grande maioria está bem estruturada para receber o público. Nós temos em Marapendi um auditório enorme que pode servir para palestras; se vocês tiverem algum grupo grande e precisarem de um auditório, podem utiliza esse espaço, fazendo contato com a Educação Ambiental. Claro que tem que estar dentro do tema, não pode sair da proposta, mas vale a pena levar jovens e adultos para conhecerem esses espaços.

A SRA. MAGDA VALVERDE – Bom, temos agora alguns projetos específicos e destaquei aqui dois. A questão das ciclovias cariocas, pois mais do que um meio de lazer, um instrumento de lazer, o transporte de bicicleta no Município do Rio de Janeiro é uma coisa extremamente séria. A gente já tem mais de 140 km implantados. Temos uma demanda muito grande por implantação de novas ciclovias, principalmente, na Zona Norte, que é uma área mais carente com relação a isso.

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES – Nós só perdemos para o México em termos de extensão de ciclovias. Então, apesar de ainda ser tímido, pela demanda que a população da Cidade do Rio de Janeiro tem em relação à ciclovia, nós estamos bem à frente.

Há algumas áreas em que se está pressionando para que haja essa ampliação, principalmente nas áreas das vargens, que tem uma demanda e que precisa ser implantado. E áreas da Leopoldina e da Zona Norte, que ainda não têm essa cultura da ciclovia, talvez porque tenhamos algumas dificuldades de ligação de uma ciclovia a outra; porque somos ilhados; porque temos que passar por áreas complexas de trânsito, enfim, como sempre aquela região é uma região que fica ilhada. E leva-se um pouco mais de tempo para que esses investimentos cheguem até lá.

A SRA. MAGDA VALVERDE – Bom, a Secretaria, durante um certo tempo, ainda promovia essa parte propriamente... Hoje, ela faz o projeto,

acompanha e é implementado pela Rio-Urbe, ou pela Secretaria de Obras. Antigamente, a Secretaria fazia com os nossos próprios técnicos.

Então, nós temos aí a recuperação paisagística-ambiental da Orla, na parte de Marapendi e na parte do Recreio.

Finalmente, eu vou falar só um pouquinho sobre a Fundação Parques e Jardins, que é uma grande parte dentro da Secretaria, mas tem a sua importância. Não me sinto, como técnica da Secretaria, muito à vontade para falar, mas trouxe os números deles.

São 33 parques urbanos, sob tutela da Fundação Parques e Jardins; 1.859 praças. Em 2006 foram plantadas 14.250 mudas, evidentemente, em logradouros públicos. Nós estamos falando aqui não em áreas tipo reflorestamento. E só até maio de 2007 aumentamos bastante, consideravelmente este número, já tendo feito o plantio de 9.794 mudas.

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES – Deixa-me só fazer uma observação.

Essas 1.859 praças, nem todas são urbanizadas. São áreas destinada a praças. E a nossa meta de 2007, em um ano de plantio, deverá ser de 25 mil mudas. Nós já mudamos algumas questões em relação ao plantio, no Parques e Jardins, aumentando o tamanho, a altura dessas mudas pela dificuldades que nós temos de manter um número significativo de plantios na cidade. De um modo geral, as perdas podem chegar a até 70 %. A população tem uma cultura difícil, não por sua culpa, mas muito mais por culpa do Poder Público, porque as árvores plantadas no passado têm um resultado, atualmente, muito ruim, foram as amendoeiras plantadas nas calçadas das residências, os fícus, que tem suas raízes volumosas e que trazem uma série de transtornos, tanto dentro, quanto fora das residências.

Então, a população, de um modo geral, quando vê um plantio na sua porta, imagina que terá aqueles monstrinhos daquelas raízes atrapalhando as calçadas. Então, a tendência é ir lá e quebrar a muda.

O próprio vandalismo do jovem, enfim, o pouco compromisso com essa questão do verde, tudo isso gerou uma perda significativa dos plantios na Cidade. Então, começamos a trabalhar nessa linha de levar informações à população, mas também aumentarmos o tamanho dessas mudas para que dificultassem as perdas.

Votem no Cristo!

A SRA. MAGDA VALVERDE – Encerrei.

Bom, pedido, aqui, meu, acabei botando, não pude evitar, foi mais forte do que eu.

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES - Eu queria só fazer a observação de dois pontos, que eu acho que são fundamentais, já que a gente pensa a Cidade.

Existe uma cobrança muito grande da população, por parte da população em relação às podas de árvore. Não há um local em que se chegue onde não haja um pedido de poda, de retirada, de rebaixamento de copa. Como dizem os técnicos,

de dia essas árvores são maravilhosas, porque dão sombras; à noite, elas são horrorosas, porque elas facilitam a ação da marginalidade.

Então, na verdade, eu tenho ficado muito angustiada e a gente tem discutido muito em relação a isso. Que Cidade é essa que a gente propõe? A Cidade das árvores que dão sombra, ou a Cidade das árvores que não está com as luminárias? É claro que a falta de planejamento, durante a vida inteira, permitiu que se plantasse debaixo da fiação, próximo às luminárias e tem todo tipo de justificativa. Mas, eu acho que hoje esse ponto é um ponto de muita discussão para que nós possamos redefinir que plantio é esse; que espécies são essas; onde colocar; onde plantar; e de que forma plantar.

Pode parecer uma bobagem, mas nós temos setecentas mil árvores. E nós temos uma demanda reprimida permanente. O máximo que a gente consegue fazer é quinze, vinte por cento dessas podas, porque não dá para ficar podando a Cidade inteira, tudo ao mesmo tempo.

E um outro ponto, que eu acho que me fez repensar alguns equipamentos é que eu sempre gostei de colocar muito brinquedo em praça; implantar equipamentos, quadras, campos de futebol... a manutenção desses equipamentos torna-se muito cara, porque a população degrada, significativamente, todo esse material. Então, se nós recuperássemos, a cada ano, vinte por cento, nós teríamos no final de quatro anos quase que a totalidade das praças arrumadas. Mas, na realidade, não é isso o que acontece. Se arrumamos 20% no ano seguinte, voltamos para refazer esses 20%, ou faremos outros 20%, que já não serão 40%, porque os 20% anteriores certamente já estarão degradados.

Então, como deveria ser a distribuição desses equipamentos? Temos discutido que em outros lugares, em outras cidades, em outros países, não há, em cada praça, um número significativo de equipamentos. Em cada praça, há a sua tendência natural; é uma praça de contemplação, é uma praça para caminhada, é uma praça para que você leve as crianças para brincar. Eu acho que esse tipo de discussão, que parece bobagem, não acontece na comunidade. Então, todas as praças têm que ter todos os equipamentos, mesmo que essas praças estejam a menos de 50 metros umas das outras.

Acho que essa é uma discussão que temos que trazer para esta Casa, para que possamos saber o que estamos propondo para esta cidade em termos de plantio, em termos de poda, em termos de equipamento, porque são trabalhos os que consomem um valor significativo do orçamento da Secretaria.

Eu acho que a rotina da cidade tem que ser rediscutida: que rotina é essa? O que queremos para a Cidade? Com ela está se redesenhando? E como nos inserimos nesse processo? Esses equipamentos são os corretos na atual conjuntura de serem utilizados? Aquele banco, onde o idoso joga buraco o dia inteiro na praça, é o banco mais correto para ele ficar? Aquela cobertura é a mais correta? Aquela mesa tem a dimensão correta?

Então, a nossa discussão hoje, na Secretaria e no Parques e Jardins, é de chamarmos a comunidade para uma rediscussão daquilo que utilizamos, porque os brinquedos de hoje são os mesmos brinquedos que se utilizavam quando eu era criança – eu não vou dizer há quanto tempo. Então, são os mesmos brinquedos. É possível que sejam as melhores opções porque duraram tanto tempo.

Será que paramos para tentar um outro modelo? Será que aqueles equipamentos de ginástica que utilizamos, na cidade inteira, têm o uso que achamos que têm? O equipamento de abdominal, por exemplo, dificilmente o vejo na Zona Norte. Eu vejo das paralelas, das barras, mas o do abdominal não.

Então, são discussões simples, mas que não queremos perder tempo para reavaliar aquilo que temos e fazemos novas propostas. O novo sempre incomoda muito: é melhor repetir, porque é pratico, é mais rápido, já tem no mercado e não dará trabalho.

Então, eu acho que, independentemente de ficarmos criando propostas de reinventar a roda, temos que rediscutir aquilo que temos. A nossa cidade, em 2007, em 2008 e em 2012, como terá que ser trabalhada? E não adianta trabalhar só nas grandes linhas, cada setor tem que discutir a sua cidade no momento atual, com aquilo que ela utiliza, com o recurso que ela tem e o que ela vai priorizar. Acho que essa é a realidade que vamos ter que enfrentar. Não temos mais o mesmo percentual de recursos que tínhamos no passado, que daria para comprar tantos por cento de brinquedos, mais tanto por cento de mudas. O que podemos comprar agora e o que é importante para nós equiparmos? Como vamos utilizar? Como vamos utilizar o recurso que existe? O que é mais importante?

Eu só faço essa reflexão hoje porque estou lá dentro. Talvez no Legislativo eu continuasse brigando para que todas tivessem que ser equipadas, que todas tivessem o que as demais têm, mas precisamos também repensar algumas coisas. Conheci algumas mudas interessantes agora: eu descobri que só há em algumas áreas privilegiadas da cidade; em outras não. Estamos inovando, levando palmeiras imperiais à Zona Norte, à Zona Oeste, à Leopoldina. Não havia esse tipo de plantio. O plantio em determinadas regiões era só de habite-se. Os plantios de medidas compensatórias não privilegiavam mudas mais caras e diferentes daquelas que temos numa determinada região.

Então, era isso que eu queria passar. Eu acho que cabe, se houver interesse desta Casa ou de algum segmento, parar para pensarmos. Joguei aqui algumas idéias, e nem foi combinado na Secretaria, mas são coisas que têm me chamado atenção enquanto leiga, enquanto uma profissional que não estava voltada para essa área, mas me chamam a atenção hoje pela própria proximidade. Eu acho que precisamos parar, sentar e discutir. O orçamento está aí e precisamos discutir como utilizar esse recurso que iremos opinar no orçamento para 2008. O que é importante traçarmos para que seja uma consonância do conhecimento do Vereador, que está na ponta, que conhece as demandas, que recebe as reclamações com a capacidade técnica das Secretarias, e eu falo em especial da Secretaria de Meio Ambiente.

Então Vereadora Aspásia Camargo, independentemente daquela discussão formal que acontece no orçamento em todo final de ano, eu queria que houvesse um momento como este, para que pudéssemos pensar, errar, corrigir, sugerir, apostar, propor. Que pudéssemos levar para o orçamento de 2008 alguma coisa que fosse conjunta, que comungássemos em alguns pontos para que pudéssemos levar ao Prefeito propostas, demandas de Vereadores e de conhecimento da equipe técnica da Secretaria.

Então, eu me coloco à disposição. Eu não sei até por quanto tempo estarei à frente da Secretaria, mas independentemente de quem estiver lá, tenho certeza

de que todos os técnicos, tanto da Secretaria quanto da Fundação Parques e Jardins, gostariam de discutir com os representantes desta cidade aquilo que é importante para ela no orçamento de 2008.

Quero agradecer a presença dos que vieram nos ouvir e parabenizar a Magda e a Ruth, que tiveram que se preparar rápido, porque os técnicos que trabalharam o tema estão num evento muito importante que só acontece a cada dois anos; e elas, então, se dispuseram a ajudar, para salvar a Secretária desta apresentação. O meu papel aqui é exatamente esse: intermediar o Poder Público Legislativo com o Poder Público Executivo, esses poderes que precisam estar entrelaçados para que a cidade possa ganhar mais.

Obrigada Vereadora Aspásia Camargo, obrigada a todos vocês!

Eu só gostaria de recapitular que, na realidade, demos palinha sobre a Secretaria, no sentido de mostrar o que estamos fazendo, muito rapidamente mas com o intuito de enriquecer a discussão sobre o Plano Diretor Decenal, que é o objeto desta reunião de hoje.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Exatamente. Eu lamento que estejamos com essas reuniões políticas de última hora - devo reconhecer -, mas isso não invalida as presenças da Secretaria e das técnicas Magda e Ruth, ao contrário, isso tudo estará registrado e, portanto, será objeto de reflexão de todos aqueles que estão empenhados em melhorar a qualidade do Plano Diretor.

De antemão, cumprimento a equipe pelas sugestões de enriquecimento da proposta que nos chegou, pois realmente havia essas falhas que já tínhamos observado e que foram aqui resumidas: o zoneamento, a agenda 21, o Sistema de Registros e Cadastros de informações Geográficas Unificadas, os padrões de qualidade, a questão da agricultura, da área agrícola, a questão dos corredores, o acesso ao patrimônio natural, enfim, pontos que foram aqui lembrados e mais algumas sugestões do Consemac, que foram também importantes. Além de nos inteirarmos sobre as ações da Secretaria, que certamente poderão até inspirar alguma emenda ou alguma recomendação do Plano.

Dito isso, eu acho que temos que partir das nossas fraquezas para podermos, de certa maneira, realizar a aliança e a cooperação entre os poderes. A área ambiental é uma área muito importante, cada vez mais estrategicamente ela é importante, mas ela é frágil, porque depende de muita gente para funcionar bem. Então, temos que reconhecer essa fragilidade, e a nossa força é justamente a capacidade de proteger uns aos outros.

Então, eu me disponho aqui, em todos os momentos que forem necessários, a fazer as emendas, a fazer as mudanças que tiverem que ser feitas, abrir a interlocução com a Secretaria, porque o meu intuito como Vereadora é fortalecer a área ambiental e não criar polêmicas inúteis que possam vir, eventualmente, até a enfraquecer a área.



Eu quero esclarecer isso aqui, porque também acho que a presença da Vereadora Rosa Fernandes, na Secretaria de Meio Ambiente, é uma presença alvissareira, porque ela representa justamente essa ponte com a Câmara - que eu acho essencial. Tradicionalmente a Câmara de Vereadores não é muito sensível à questão ambiental, embora a Câmara tenha tido alguns projetos de lei, algumas propostas extremamente interessantes e importantes, inclusive este ano passamos muitas leis que são inovadoras, importantes; portanto, não quero absolutamente diminuir a nossa importância.

Eu queria apenas fazer algumas considerações rápidas aqui sobre aspectos que poderiam ser aprofundados nesta ocasião agora ou em outra oportunidade, talvez pudessemos ter um número maior de interessados, de pessoas capacitadas e interessadas.

A primeira questão que eu observo é justamente o que falou a Secretária - e nós sabemos muito bem: existe uma falta de planejamento na cidade. E por conta do fato de ser uma cidade que já beira os quase sete milhões de habitantes, isso é um problema grave para a área ambiental, porque dificilmente poderemos ponderar os nossos instrumentos senão tivermos esse planejamento. Então, o planejamento urbano já é enfraquecido na cidade e mais ainda a participação ambiental.

Então, acho que precisamos, de alguma forma, cumprir aquilo que já recomenda o Plano Diretor de 92: que é criar o planejamento da cidade. Agora temos a nossa visão de planejamento, nós da área ambiental. E é exatamente o que foi lembrado aqui: a Agenda 21 e o Planejamento Estratégico - acho que devem vir juntos, porque não são exatamente a mesma coisa.

A cidade fez um esforço muito grande de construir uma Agenda 21 e um Planejamento Estratégico, mas nenhum dos dois conseguiu ser implantado. Ficou no plano das volições, dos desejos, das aspirações e não se conseguiu concretizar, talvez até por culpa nossa. Muitas vezes sonhamos tão alto que não conseguimos cravar os instrumentos necessários para realizar, mas eu gostaria de ter a oportunidade de debatermos mais essa questão, porque a Agenda 21 é um instrumento poderoso, mas ela só é eficiente se conseguir agregar as várias áreas que eu aqui citaria como básicas: transporte, habitação, as áreas logicamente técnicas que trabalham com os recursos naturais. Mas, sem essas dimensões, não conseguimos, de maneira alguma, avançar da maneira que pretendemos.

Eu nem sei se esse Planejamento Estratégico que fizemos e se essa Agenda 21 estão satisfatórios, mas foi o que foi possível fazer. A qualidade da participação foi grande, e eu acredito que até para tomar decisões, como a Secretária sugeriu, em relação às praças, em relação - digamos - a uma priorização, não é isso? Porque os recursos não são infinitos; temos recursos limitados. Então, se há mil e oitocentas e tantas praças, temos que ter algum critério, alguma forma de priorizar isso, sem a qual não iremos avançar.

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES - Vou até fazer um parênteses. Em relação às praças, tivemos o cuidado de fazer um levantamento junto à Comlurb, que tem uma atuação muito próxima junto aos distritos da própria Parques e Jardins, E hoje temos uma identificação das praças ícones da cidade,

que são aquelas mais utilizadas, que são aquelas que têm mais visibilidade, enfim.

Nós identificamos duzentas e oitenta e uma praças ícones na Cidade do Rio de Janeiro. Quanto a essas, elaboramos uma proposta e encaminhamos ao Prefeito. Ele entendeu a proposta, e estamos aguardando a parte de liberação dos recursos porque essas praças deverão ter um atendimento permanente. Elas não podem estar inseridas naquele percentual de investimento anual. Elas têm que estar fora dessas reformas, dessas revitalizações, têm que ter uma manutenção permanente, porque é onde a população fica. Além disso, a Comlurb destinará alguns homens que serão os garis ambientais. Na verdade, serão pessoas que estarão naquela praça, de alguma forma inibindo a degradação, inibindo a má utilização dos equipamentos, limpando, cuidando dos canteiros. Na verdade, serão os guardiões das praças.

Então, é isso o que estamos propondo, já que não temos condições de cuidar de mil e tantas praças o ano inteiro, mas que tenhamos, pelo menos naquelas que são mais utilizadas, naquelas que são mais freqüentadas, então, os equipamentos. E nas outras tantas praças, manteríamos limpas, com menos equipamentos ou com equipamentos diferenciados, de acordo com a característica de cada uma delas. Há praças que são só utilizadas pelo futebol. Então, não há por que você fazer uma pista de skate, inventar um coreto, porque não há condições de dar manutenção a tudo isso.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - O segundo ponto que eu quero lembrar aqui - além da questão da Agenda - é um ponto que eu tenho trabalhado, como Presidente da Comissão que trata da questão da reciclagem e da coleta seletiva do lixo, cuja recomendação se encaminha, sem dúvida alguma, para que a formulação das políticas de saneamento ambiental, e especialmente de coleta e destino final do lixo sejam da Secretaria de Meio Ambiente.

Nós achamos que, embora a Comlurb seja uma empresa-modelo e ninguém pode negar a sua eficiência, ela peca justamente por ser uma empresa eficiente e voltada para as suas atividades fins. E ela não é capaz de formular, porque não é da sua natureza. Então, a formulação da política tem que ser da Secretaria de Meio Ambiente - isso significa que provavelmente teríamos que introduzir na política dos resíduos sólidos do Rio de Janeiro algumas mudanças, alguns aperfeiçoamentos qualitativos de filosofia, mais até do que de prática. E com isso...

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES - Só para adiantar: temos lá - você conhece bem - o nosso Nelson, que é uma pessoa extremamente séria e dedicada nessa área...

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Exato.

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES - Que está fazendo um trabalho junto à própria Comlurb e deverá apresentar uma proposta de atuação, principalmente em relação aos resíduos sólidos nos próximos meses.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - É. Eu acho que iremos sair antes dele, mas com ele...

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES - Com ele. Vocês o estarão levando junto.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Estamos trabalhando com muita efetividade. A Ruth acompanhou aqui o início do trabalho, mas ultimamente avançamos muito com o Nelson e com a Comlurb mais além da Comlurb, porque há, às vezes, uma dificuldade: as pessoas que são eficientes demais ou as instituições ou as empresas perdem eficácia, porque elas são tão eficientes que não têm necessidade de serem mais eficazes. Então, estamos caminhando nessa direção.

Acho que certamente a Secretaria - digamos - é o foro essencial que está nos ajudando nesse trabalho e comandando até - eu diria - tecnicamente esse trabalho. Mas também vamos sentir a necessidade de talvez mobilizar, Secretária, pessoas muito qualificadas de fora da máquina para poder trazer os subsídios para questões que já entram na área, por exemplo, da política industrial, porque a reciclagem, no fundo, é uma política industrial. Ela não é apenas uma política de meio ambiente e nem uma política de lixo; ela já exige uma seriedade e uma qualificação que vão muito além da Secretaria de Meio Ambiente e do Consemac.

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES - Eu acho que podemos adiantar essa preocupação na qualificação, no conhecimento de novas experiências dentro e fora do país: o que existe lá, o que eles podem trazer de contribuição. Nós já assentamos com os representantes da Fundação Clinton que estarão, agora no mês de agosto, trabalhando junto à Comlurb e à Secretaria de Meio Ambiente, num primeiro momento. Em outubro, teremos provavelmente - é o que estamos delineando - um grande encontro, um grande foro de discussão sobre alguns temas que ainda não estão definidos e vamos trabalhar nas propostas da Cidade do Rio de Janeiro. Qual é a proposta que melhor se enquadra para esta cidade a partir dessas experiências, a partir de uma consultoria respeitada? O que se pode propor para a Cidade do Rio de Janeiro? Então, já existe essa discussão, já existe essa autorização, já existe a sinalização de que a Fundação Clinton estará presente durante esse processo.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Muito bem. Já estaremos, então, no Plano Diretor que estará sendo aprovado - se Deus quiser - por ocasião desses eventos, para que possamos ter alguma coisa sólida, tão sólida quanto esses resíduos que estamos discutindo aqui nas nossas propostas para o Plano Decenal.

Outra questão, Secretária, sobre a qual cabe realmente uma ênfase muito especial no Plano Diretor é a questão da favelização. Ela é uma questão polêmica, discutida, etc., mas eu acho que a área ambiental precisa dar alguns passos adiante para evitar que esse processo continue, e recomendar outras áreas que não a área ambiental, providências e iniciativas, porque, no passado recente, tivemos a profunda tristeza de ver que a Secretaria de Meio Ambiente não tinha

poder para frear esses processos porque eles dependiam de outras Secretarias, que infelizmente, para nós, muitas vezes eram aliadas dessa favelização. Então, é uma constatação...

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES - Precisamos fazer outro parênteses aqui. Acho que V.Exa. tem razão quando levanta essa questão, mas eu queria lhe dizer que quando nós recebemos a denúncia do início dessa instalação nas nossas áreas, temos condições de chegar lá e de atuar. Quando ela se consolida...

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Exatamente.

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES - ... deixa de ser uma atribuição da Secretaria de Meio Ambiente e passa a ser uma atribuição da Secretaria de Habitação.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Exatamente.

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES - Então, as pessoas precisam entender isso. Permanentemente tenho esse problema em relação à mídia, porque a mídia sempre escolhe o endereço da Secretaria de Meio Ambiente. É claro que é extremamente deselegante dizer que não vou tratar dessa questão porque não me cabe mais a partir desse momento.

Então, eu queria dizer que tanto a Patrulha Ambiental quanto os ETRs... Quando dissemos que as nossas delimitações, os nossos ecolimites não têm tido problemas, com exceção daqueles que eu falei, é porque há uma atuação permanente. Todos os nossos escritórios visitam permanentemente as nossas áreas de proteção. Então, eu não tenho preocupação em relação a isso: todas as denúncias que são apontadas recebem intervenção. Mas há algumas coisas que me incomodam profundamente. E eu, com esse meu impulso de querer fazer as coisas, às vezes tenho problemas sérios porque a nossa legislação também não nos ampara.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Exatamente.

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES - Existia um processo que tramitava há muitos anos na Prefeitura. Ia para lá, vinha para cá, sobre a Adega do Malandro - a grande maioria aqui deve conhecer. Eu recebi uma denúncia e fui em direção à Adega do Malandro. Respaldei-me e mandamos o escritório fazer a demolição. Não avisei à Imprensa, não avisei ninguém, até porque não queria barulho. Muitas vezes quando a Imprensa participa pode não ajudar, não é? Porque as pessoas vêem as luzinhas e todo mundo quer aparecer. Então, eu não aviso a Imprensa de um modo geral. Derrubamos tudo e hoje tenho duas técnicas processadas. Fizeram um processo contra a Prefeitura, perderam e agora estão processando pessoalmente as duas funcionárias que estavam à frente dessa operação.

Eu tenho dificuldades. Eu tenho dificuldades para que a Justiça entenda que as técnicas estavam ali exercendo o seu papel. Quem vai querer botar a cara em demolição, daqui para frente, sem retaguarda? Está tudo claro, está tudo evidente: se a Prefeitura ganhou a causa, por que as duas técnicas serão processadas?

Então, ninguém pára para avaliar essas coisas, ninguém pára para acompanhar. Agora, entendo porque alguns processos ficam rolando anos e anos, porque as pessoas também não querem ser kamícases, porque tecnicamente ninguém vai querer botar o pescoço e depois ter que pagar com o seu próprio patrimônio aquilo que está fazendo numa causa do bem comum.

Acho que essas coisas precisam ser rediscutidas com a mesma força, com a mesma garra que temos de bater na Secretaria, de bater no Poder Público, bater também naqueles que não entendem e protegem em determinadas horas; mas em outras horas batem: a mesma mão que cuida é a mesma mão que bate. As mesmas mãos que vão à tribuna e que batem na desordem da orla são das mesmas pessoas que constroem na areia da praia, e quando se deparam com a situação, não sabem muito bem ficar confortáveis como vão se posicionar.

Então, quando você vai lá e tira o camelô que está irregular, a população que está no entorno tende a proteger, tende a impedir que isso aconteça, e são essas mesmas pessoas que vão para a rua para falarem da ilegalidade. Então, acho que isso não está claro. As pessoas têm medo às vezes de se posicionarem ou, às vezes, o coração fala mais alto, porque sabem que as pessoas precisam trabalhar. "Você está tirando dali um trabalhador".

Mas é preciso ter uma linha reta, é preciso ter uma posição única sobre o que a gente quer para essa cidade e que cidade é essa. É a cidade em que a gente vai lá e protege todo mundo, passa a mão por cima? Porque trabalhar não significa manter, nem instalar desordem. Você pode trabalhar de maneira informal mantendo a ordem, tendo respaldo, tendo limpeza, tendo higiene e eu acho que o nosso papel é esse! E a população muitas vezes não entende. Eu tenho receio e vou junto, nenhuma operação da Secretaria acontece sem eu estar perto. Nenhuma, porque eu tenho medo! Eu tenho medo de estar de madrugada na orla trabalhando e ter lá um grupo que possa partir em ataque às pessoas. Eu não ando com polícia!

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Esse é o problema Secretária, esse é exatamente o problema. A Secretaria do Meio Ambiente, volto a dizer, é importante, uma instituição fundamental na preservação desse patrimônio, não só do meio ambiente natural, mas do meio ambiente urbano. Mas ela não é o ator principal dentro do Governo. Então, nós temos que reconhecer isso. Não é aqui, não é em canto algum. Agora, o Rio de Janeiro realmente perdeu a noção de limite, pelo tamanho da cidade por sua complexidade, por sua história... Na questão da legislação, especificamente, eu até queria lembrar, porque V.Sa. conhece essa história, de como foi recebida a proposta ao projeto de lei que eu fiz aqui para justamente dar ao Poder Público mais segurança para atuar, não nas favelas que já estão formadas, constituídas há décadas, com milhares de pessoas. Não nessas áreas, porque agora teremos que reurbanizá-las, dar choque de meio ambiente nesses espaços e tratar de fazer o melhor possível, mas justamente naquilo que

discutimos aqui, que é a maneira de evitar que essa favelização continue. E que ela continue muitas vezes com o apoio, a cumplicidade, explícita ou implícita, às vezes, de autoridades...

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES - Eu acho que tem uma questão que a gente não pode esquecer...

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) -...e de pessoas também. Concordo que a educação ambiental que está no seu programa não é para nós um programa de segunda classe...

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES - Não, pelo contrário.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - É absolutamente fundamental. Por exemplo, a maneira como a Comlurb recolhe lixo, mas recolher treze vezes o lixo no Centro da cidade... - amanhã vamos fazer uma vistoria no centro — é uma coisa escandalosa. Não é aceitável que uma cidade recolha treze vezes o lixo no mesmo ponto, em determinado lugar...

O SR. VICENTE SÁBATO - Isso eu li no Globo.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - O senhor leu no Globo, mas o senhor tem que ler no Diário Oficial. O senhor tem que ler a discussão no Diário Oficial.

O SR. VICENTE SÁBATO - Tudo bem. Essa reunião, o jornal não iria mentir e publicar uma coisa que não houve, por favor...

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - O senhor está equivocado. Houve uma longa discussão, inclusive na própria Secretaria de Urbanismo, com técnicos aqui. Inclusive, eu posso encaminhar para o senhor a cópia da discussão que houve aqui.

O SR. VICENTE SÁBATO - Eu gostaria, em defesa do bairro de Santa Teresa, que não tem sido defendido plenamente, com todo respeito aos Edis que aqui estão, da maneira como deveria ser... É um bairro, como foi colocado, diferenciado, residencial, histórico e cultural. Só que a APA que nós estamos discutindo e defendendo, como foi muito bem colocado pelo nosso presidente, está sendo vilipendiada. Por quê? Porque o Sr. Prefeito, também sem dar conhecimento, talvez mínimo, aos moradores do bairro, decretou, através do Decreto 26.199, um entendimento absurdo, acabando com a tranquilidade do bairro, intervindo nas propriedades, nas ruas sem saída, permitindo a locação, a criação de lojas, para tornar a babel que está sendo Santa Teresa. Santa Teresa já tem o comércio necessário para restaurante. O que Santa Teresa precisa é de um comércio doméstico. Por quê? Tínhamos, exemplificando, três farmácias; hoje, só temos uma. Onde está a concorrência? Tínhamos duas padarias, só temos uma, e assim vai. Então, a defesa que tem sido feita em relação a Santa Teresa é em defesa do grande capital, que está subindo Santa Teresa para acabar com o

bairro, e isso nós não permitiremos, parta de onde partir. É isso que eu queria dizer.

Muito obrigado e boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Obrigada. Eu acho apenas que, na pauta dos problemas de Santa Teresa, que inclusive foram debatidos nas Audiências Públicas do Plano Diretor, existe também essa questão gravíssima da favelização em massa do bairro. Em massa. Então, isso precisa ser contemplado, sob pena de nós ficarmos brigando aqui, um grupo com outro, e a favelização acabar com o bairro.

Acho que temos, em Santa Teresa, um dos exemplos de áreas críticas onde essas questões de direito urbano, de pacto urbano têm que ser resolvidas. E elas têm que ser resolvidas com paciência, com legislação e com políticas, com políticas participativas. Quem mais deseja fazer uso da palavra?

A SRA. LEDA MAGNO DE CARVALHO - O Plano Diretor anterior tratava da área territorial, do planejamento da área territorial do município. O Plano Diretor atual possivelmente não vai ter tempo de fazer, mas, se isso tivesse sido feito, esse senhor estaria contemplado. E não só ele em Santa Teresa, mas a cidade como um todo. A proposta do Plano Diretor era implantar o zoneamento econômico-ecológico. O que é o zoneamento econômico-ecológico? É contemplar a área natural que nem consta no Plano Diretor. Consta no Plano Diretor uma área urbana, e na verdade, não existe área urbana sem área rural. Hoje, existe até a questão da segurança alimentar, fundamental. Não se pode pensar que você está numa área urbana e vai depender do vizinho para comer. Tem que haver essas coisas aqui! A área rural é fundamental. Não é vanguardismo não ter uma área rural. Tem que ter a área natural contemplada, a área rural e urbana contempladas. No meu entendimento, o planejamento urbano, bom ou ruim, sempre existiu. Contemplar a área natural, preservar, conservar aonde? Só há conservação e a preservação na área natural e rural quando há o limite territorial onde isso se instala e acontece. A questão de Santa Teresa pode ser um mostruário da cidade. Entretanto, enquanto não for implantado o zoneamento econômico, ecológico com a participação de todo mundo, será uma retórica. Estamos falando...

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Acho que você tem toda razão. Por isso, a Secretaria de Meio Ambiente encaminhou, como proposta na revisão do Substitutivo, o tema do zoneamento. Não sei se Ruth ou Magda querem falar alguma coisa sobre isso.

A SRA. LEDA MAGNO DE CARVALHO - Gostaria de acrescentar ainda que isso é fundamental, mas não vai dar tempo para esse Plano Diretor. Isso requer conhecimento, participação que ainda não houve nem para as questões já discutidas. Acho que falta no município uma coisa que não há em todos os estados, que é relevante, um Código Ambiental. Tem que haver um Código Ambiental para a cidade!

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES - Vereadora, há uma questão que a gente não pode deixar de lado. Se não tiver uma política habitacional dentro da cidade, dificilmente vamos poder discutir essas áreas de invasão, não vamos poder discutir onde estão aumentando - o senhor está a toda hora balançando a cabeça, sinalizando que o senhor discorda, mas tratar de população pobre que não tem onde morar, que não tem nenhum tipo de incentivo, fica difícil! Você vai dar o que de opção para as pessoas? Você tem que ter uma opção, tem que dar uma oportunidade. Se você não tratar a política habitacional com responsabilidade, não adianta tratar do resto.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - É verdade. É absolutamente verdadeiro isso. Não só a política habitacional para corrigir o que está errado – Favela Bairro etc., mas ter, realmente moradias populares de baixo custo para poder suprir as demandas da população que não tem as suas demandas efetivamente atendidas.

Então, esse é o segundo ponto: acho que temos que ter coragem, porque uma das razões - não quero aqui criar alibis para o Poder Público, nem para o Prefeito – mas algo que nunca foi discutido, porque ninguém tem coragem de dizer, é que quando alguém invade uma área de preservação, ambiental ou não - mas vamos nos ater ao que é do nosso interesse, que é a área de preservação - não é possível que o Poder Público tenha que pagar R\$ 15 mil para cada invasor. Não há dinheiro para isso, o Prefeito não tem recursos. Então, muitas vezes ele pode estar até defendendo uma política, digamos, de cumplicidade, porque simplesmente não quer arcar com o custo de pagar milhões e milhões de reais para remoções que vão ser reconstituídas em outros espaços quando essas pessoas forem removidas. Então, eu até sugeriria que nós fizéssemos esse debate aqui nesse processo de discussão do Plano Diretor, para que não fique a dúvida de que os ambientalistas são contra as populações que vivem em favelas, contra as comunidades. Não, isso é um absurdo. Acho que nós temos que fazer um pacto sócio-ambiental nesta cidade. Nós temos que proteger as populações mais pobres, mas temos também que sinalizar o que é à especulação imobiliária da pobreza e contra a pobreza, que é, de fato, o que significa uma favela. Porque a favela é feita por alguém, não é feita pelas pessoas espontaneamente; existem os exploradores e aqueles que agenciam a construção das favelas. Então, é isso que nós precisamos evitar e, certamente, se nós tivermos a oportunidade de chamar aqui a Secretaria de Habitação e a Secretaria de Transportes, que é outra que não pode faltar, e mais a de Urbanismo, com esses quatro entes importantes do Governo nós poderemos talvez fazer propostas a este Plano Diretor mais eficientes.

Eu quero registrar a presença da Vereadora Nereide, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e da Vereadora Silvia Pontes e do Vereador João Cabral. Estamos vendo que os Vereadores estão muito interessados nesta discussão.

Dentre outras questões que eu tinha para apresentar, eu queria só rapidamente mencionar uma que eu acho particularmente importante e que me preocupa, Secretária. Todos nós estamos felizes, comemorando o entendimento dos entes federativos no Rio de Janeiro. Portanto, qualquer iniciativa como essas que foram mencionadas aqui, no sentido dessa aproximação, pelo menos de minha



parte, serão extremamente bem-vindas, mas eu temo que esses acordos possam, algumas vezes, ser irracionais. Então, eu pediria a atenção de todos para que, por conta de, digamos, facilidades de momento, ou vocações momentâneas de um ou outro ente federativo, ou interesses até legítimos nós não façamos acordos que criem confusão.

Por exemplo, nós pegamos a questão do saneamento básico e dizemos que a Prefeitura vai ficar com a Zona Oeste, o Governo do Estado vai ficar com a água e o Governo Municipal vai ficar com o esgoto. Estou vendo aqui um especialista notável que vai nos ajudar no Plano Diretor e até pediria o seu pronunciamento sobre isso, mas me parece um acordo lesivo. Lesivo por quê? Porque não funciona. Porque essas coisas têm uma organicidade e uma dependência, as peças são interdependentes.

Em segundo lugar, porque uma vez passado esse ou outro governo, nós temos até uma coisa altamente lesiva, que é o fato de que ninguém entende. Nem os especialistas conseguem, às vezes, acompanhar o que isso significa. Eu ouvi de alguns que isso era absolutamente irracional, porque é a água que sustenta o tratamento do esgoto, que é muito mais caro, muito mais complicado. Então, se a água está com um e o esgoto está com o outro, vai ser um problema. Se a Zona Oeste está com um e a Zona Sul está com outro é outro problema. Então, eu sei que é complexo...

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES – Vereadora, isso não é da minha praia.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) -...não depende da senhora, mas acho que é muito perigoso esse tipo de acordo.

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES - É. Mas essa praia está em outro lugar. Essa praia não está com o Meio Ambiente, não. Quero dizer para vocês que as propostas que saíram para o Governo do Estado e para a iniciativa privada foram propostas programadas, estudadas pelos técnicos. Não sei se eu dei sorte, não sei se pela minha falta de experiência a gente termina avançando, sem olhar um pouco para o lado, mas tudo aquilo que foi levado para a Petrobras saiu da cabeça da Magda e da equipe que trabalha com ela. O Prefeito foi informado depois que nós tínhamos concluído essa proposta e pedimos autorização para levar para a Petrobras, porque a Petrobras tinha interesse. E acho isso fabuloso, porque em vez de trabalharmos com cinco pontos vamos dobrar em 100% a cada ano. E não foi uma proposta imediatista para um trabalho de um ano, uma proposta de cinco anos. Se nós conseguirmos fazer esse trabalho em cinco anos, já justificou aquilo que eles elaboraram, aquilo a que eles se dedicaram. A integração da Secretaria Municipal com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente é salutar e acho que otimizamos recursos. Acho que não é inteligente uma secretaria do município gastar os mesmos recursos para atuar nos mesmos lugares ao mesmo tempo. É uma proposta burra. No mínimo vamos dividir os espaços, cada um faz numa área e trocamos informações. Por que disputar pedacinho que a gente acha que é da Prefeitura porque aquela vírgula é do Estado? O que a gente tem que fazer é contribuir para a cidade, seja numa união de Estado e Município, seja Estado-Município-iniciativa privada,

pois aqueles que vierem contribuir para a cidade serão sempre muito bem-vindos. Que possamos utilizar esses recursos para investirmos em outras situações dentro da própria Secretaria de Meio Ambiente.

Então, acho que isso é natural, acho extremamente louvável e acho que todas as Secretarias deveriam buscar parceiros para que nós pudéssemos ampliar o nosso universo, as nossas ações na Cidade do Rio de Janeiro.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Vamos abrir agora o debate, porque estamos monopolizando um pouco, mas estamos agora abertos para a participação de todos.

O SR. PAULO SAADI - Então, Vereadora Nereide Pedregal, Aspásia Camargo, Rosa Fernandes, Ruth e Magda, não é? Prazer em ouvi-las.

Meu nome é Paulo Saadi. Sou Presidente da Associação de Moradores de Santa Teresa e estou com os companheiros que trabalham na associação: o economista Luiz Alves; o advogado Vicente Sábato; o historiador Álvaro Braga e eu, que sou arquiteto e urbanista.

Nós, desde que assumimos a associação, em setembro do ano passado, estamos tentando participar, os moradores e a associação, do processo de discussão do Plano Diretor e também do processo de discussão da cidade, especialmente da questão ambiental. Isso porque nós somos uma APA, uma Área de Proteção Ambiental. Essa área de proteção ambiental foi fundada em 84, criada uma lei feita pelo então Vereador Sérgio Cabral, mas a regulamentação foi precária, a própria lei não foi cumprida como deveria ter sido. Um dos artigos fala de um plano de manejo do que eu entendo, hoje, que seja um plano de manejo e que não saiu do papel, não foi feito nada. Houve uma regulamentação que alterou o regulamento de zoneamento, ou seja, somente uma regulamentação urbanística, mas mesmo essa regulamentação urbanística não vem sendo cumprida em vários aspectos. Uma delas, por exemplo, no Artigo 3º, fala na questão ambiental dentro do próprio Decreto 5050, sobre a necessidade de os projetos passarem pela fiscalização do Ibama. Isso nunca aconteceu. Fala também, por exemplo, que o uso dos exóticos, na nossa lei e no decreto, por ser um bairro residencial, estritamente residencial, restaurante, por exemplo é considerado um uso exótico. E o uso de restaurante, por exemplo, sai de um estudo de impacto ambiental. Isso também nunca aconteceu. Estamos lá com não sei quantos restaurantes e não tem mais lugar para estacionar o automóvel, porque já estava sendo previsto desde o tempo da discussão do decreto que em um bairro com cento e cinquenta anos, as casas têm poucos lugares para guardar os automóveis, os edifícios não têm garagem. Então, hoje, está se experimentando em Santa Teresa o prejuízo de não se ter implantado e regulamentado a APA como tal e parte desse problema aconteceu porque em 92 o Plano Diretor falou que as APAS seriam APACs, mas como o Plano Diretor ficou um pouco esquecido - a verdade é essa, o Plano Diretor de 92 nunca foi implantado porque na hora da sua aprovação passou a ser não auto - aplicável, então, tudo passou a demandar regulamentação - nada foi regulamentado e o Plano Diretor de 92 até hoje só serviu basicamente como bandeira, como diretriz para uma ou outra iniciativa, mas, de fato não chegou a acontecer; então, não aconteceu também a transformação em Apac,

porque teria que ter havido uma lei definindo essa Apac. Essa lei não houve, portanto, isso nunca existiu e, então, nem a Apac foi implantada no seu todo, digamos, da proteção do ambiente natural, e foi precariamente no ambiente cultural; então, hoje, estamos vivendo essa situação de conflito entre a legislação e prática da ocupação comercial do bairro.

O que estamos aqui fazendo hoje é defendendo a inclusão no Plano Diretor dessa Apa; inclusive já fizemos e entregamos na mão dos Vereadores um documento em que, no anexo III, a gente faz uma substituição do item V, que fala de Santa Teresa, por um item completo, item com doze propostas que compõem um projeto ambiental, um projeto residencial, um projeto cultural para Santa Teresa. Então, nós já demos entrada nessa proposta há algum tempo e viemos aqui para defendê-la. E, obviamente, que não é só com o item V desse anexo, que fala da questão, que estamos preocupados; estamos preocupados que a Apa esteja caracterizada como tal, dentro da necessidade de se fazer os estudos necessários.

Por exemplo: é preciso saber, é preciso fazer um levantamento fitológico, fitotécnico. Nós precisamos ter técnicos da área ambiental, da área de botânica, da área de zootecnia. Nós precisamos saber o que é que temos em Santa Teresa.

Já sabemos também que temos muitos problemas que temos que levantar. Já sabemos que o Pereirão secciona o Morro Nova Cintra. O Morro Nova Cintra estará, em breve, desvinculado do Parque Nacional da Tijuca, porque o Pereirão cortou a conexão e seccionou a continuidade da área de amortecimento do Parque. É preciso, então, se fazer alguma coisa.

Como estava dizendo à Vereadora Aspásia Camargo: eu acredito que a forma correta de se fazer é fazer políticas de projetos localizados. A grilagem de Santa Teresa hoje... porque não é mais uma ocupação popular, trata-se de pura e simples grilagem o que está acontecendo no Morro Nova Cintra, que é aquela área do costado da Rua Pedro Américo, da Rua Santo Amaro e Rato Molhado. Está acontecendo em pontos variados, em diversas encostas, no Sumaré, no Silvestre, no Dois Irmãos, e a minha impressão é que só há como resolver isso se houver política habitacional localizada. Conhece-se, nós conhecemos, os moradores e técnicos conhecem áreas que existem dentro do bairro de Santa Teresa que poderiam abrigar pessoas relocadas por atividade dessas específicas. Eu acredito que a proteção...

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES - Deixa só eu te dar um dado.

Eu não sou especialista da área, não tenho nenhuma pretensão de entender mais do que quem já aprendeu, mas existem algumas coisas que me incomodam profundamente. Nós temos hoje, na cidade, muitos galpões abandonados. Se você pegar a Avenida Brasil, por exemplo, você vai ver um traçado de áreas degradadas de galpões que não serão mais utilizados e, a grande maioria, pela questão da falta de segurança. Se você for para a Fazenda Botafogo, hoje, que tem uma concentração de área industrial, a grande maioria já foi embora e deixou aqueles galpões completamente largados. Essas utilizações não só resolveriam o problema da habitação, mas também melhorariam a questão da degradação. Nós poderíamos propor algumas intervenções com plantios, fazendo algumas cortinas verdes que pudessem dar uma melhorada naquelas áreas que são extremamente áridas.

Eu acho que a tua proposição é correta. Existe um grupo de trabalho na Secretaria de Urbanismo, e eu faço parte, até porque eu fico incomodando, por conta desses galpões, que eu acho que você podia dar uma contribuição. Eu me proponho, e a porta da Secretaria está aberta, para a sua apresentação de propostas, mas, mais do que isso, viabilizar a sua participação, isto é, do segmento que você representa, na Secretaria de Urbanismo. Eu acho que é fundamental... Se nós não pressionarmos dessa forma... por isso eu continuo na Secretaria, independentemente de não ser especialista, porque eu acho que a gente tem proposições que nós podemos avançar porque temos compromisso, porque conhecemos a ponta.

Eu acho que essa questão, - viu, Vereadora Aspásia Camargo? - de Santa Teresa, eu posso criar uma situação para que esse grupo participe da discussão com o Urbanismo, e a hora é essa, porque estão sendo rediscutidas algumas áreas da cidade, e eu acho que Santa Teresa tem que estar privilegiada, porque ela tem uma característica diferenciada, ela tem um perfil diferente do resto da cidade, do que está no entorno dela. Então, ela está ilhada, comprimida. Essa série de restaurantes que foram criados, enfim, graças a Deus, não foram licenciados na minha época, nem pela Secretaria Municipal, mas porque também não há uma discussão. Acho que temos que nos posicionar, temos que ter porta aberta para que a gente possa ter voz para determinadas áreas.

O que eu percebo é que a grande maioria das pessoas que são especialistas, que estudam muito, tem uma parcela que conhece pouco da ponta, que discute, que legisla, que inventa, que cria, mas conhece pouco a realidade, ou já deixou de ir para a ponta há muito tempo. Acho que a sua participação, a minha participação é de quem conhece a ponta, e é isso que é importante agregar a quem entende, e quem legisla, e quem teoriza nessa área. Então, está aberto o espaço para que o senhor possa participar.

O SR. PAULO SAADI - Eu queria concluir a intervenção dizendo o seguinte: primeiro, nós estamos fazendo reuniões mensais, em Santa Teresa. As reuniões têm acontecido no auditório da Fundação Darcy Ribeiro, todos os meses... que são os parceiros do Ministério Público, do Meio Ambiente, somos parceiros do Parque Nacional, do Instituto Estadual de Floresta. Já estiveram lá a Iara Valverde, o Ricardo Calmon, a Dra. Denise Tarim, mais de uma vez, e nós queríamos ter presentes as senhoras, para que possamos estabelecer essa discussão. Nós vamos ter, agora, o Dr. Coutinho, diretor ambiental da OAB - ele é conhecido de todos nós. Estamos fazendo uma aliança com a Mastcom, direito ambiental da OAB; essa é mais uma questão.

Outra questão, é com relação ao Plano Diretor, a questão da delimitação das zonas de interesse social. Acho que nós não podemos deixar de dialogar com essa questão, porque a definição não é só uma questão legal não; é onde pode ser e onde não pode ser. E onde pode ser, fazer uma delimitação legal e uma delimitação física.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Eu queria só, para dar oportunidade a que outros possam falar, dizer que essa já é uma prioridade da Comissão. Estamos trabalhando nisso, mas acho que esse plano já traz uma novidade, que começou numa discussão prévia, aqui, na Câmara, e que a Prefeitura estudou e a Secretaria de Urbanismo aprofundou, que é justamente a

área de moradias populares, que não é a área de interesse social, porque a área de interesse social é a área onde já se perdeu o controle da urbanização desejável, portanto, estamos numa área de subafetamento, mas essa área que nós queremos definir aqui é a área para a construção maciça de moradias populares, moradias de baixo custo, com legislação simplificada, que não levem dois ou três anos para conseguir um habite-se e que possam, realmente, atender as camadas de baixa renda da população do Rio de Janeiro.

Queria também esclarecer que aqui, na Câmara fizemos duas reuniões, importantes, com a presença, inclusive, de técnicos da Secretaria de Meio Ambiente, técnicos da Secretaria de Urbanismo, para estudar a questão da atualização da Apa. Esse trabalho foi entregue à Secretaria de Urbanismo, a Secretaria de Meio Ambiente trouxe a sua contribuição, as suas opiniões, e, logicamente, vocês também trabalhando, discutindo o problema, nós podemos também voltar a cobrar, inclusive desses técnicos, que estão absolutamente a par, pelo menos das questões fundamentais, que eles avancem conosco nesse Plano Diretor.

O SR. PAULO SAADI - Essa reunião foi sobre Santa Teresa, exatamente?

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - É sobre Santa Teresa e com uma participação notável de técnicos.

O SR. PAULO SAADI - Mas a Associação de Moradores não foi convidada?

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Convidamos todo mundo, mas foi antes da sua posse.

O SR. PAULO SAADI - Eu só queria dizer o seguinte: a gente vai entregar por escrito essas propostas que nós trouxemos aqui.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Muito obrigada.

O SR. VICENTE SÁBATO – De moradores de Santa Teresa, havia apenas a presença de um, que se chama Alfredo Brito.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Não, não.

O SR. VICENTE SÁBATO - Isso eu li no Globo.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - O senhor leu no Globo, mas o senhor tem que ler no Diário Oficial. O senhor tem que ler a discussão no Diário Oficial.

O SR. VICENTE SÁBATO - Tudo bem. Essa reunião, o jornal não iria mentir e publicar uma coisa que não houve, por favor...

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - O senhor está equivocado. Houve uma longa discussão, inclusive na própria Secretaria de Urbanismo, com técnicos aqui. Inclusive, eu posso encaminhar para o senhor a cópia da discussão que houve aqui.

O SR. VICENTE SÁBATO - Eu gostaria, em defesa do bairro de Santa Teresa, que não tem sido defendido plenamente, com todo respeito aos Edis que aqui estão, da maneira como deveria ser... É um bairro, como foi colocado, diferenciado, residencial, histórico e cultural. Só que a APA que nós estamos discutindo e defendendo, como foi muito bem colocado pelo nosso presidente, está sendo vilipendiada. Por quê? Porque o Sr. Prefeito, também sem dar conhecimento, talvez mínimo, aos moradores do bairro, decretou, através do Decreto 26.199, um entendimento absurdo, acabando com a tranqüilidade do bairro, intervindo nas propriedades, nas ruas sem saída, permitindo a locação, a criação de lojas, para tornar a babel que está sendo Santa Teresa. Santa Teresa já tem o comércio necessário para restaurante. O que Santa Teresa precisa é de um comércio doméstico. Por quê? Tínhamos, exemplificando, três farmácias; hoje, só temos uma. Onde está a concorrência? Tínhamos duas padarias, só temos uma, e assim vai. Então, a defesa que tem sido feita em relação a Santa Teresa é em defesa do grande capital, que está subindo Santa Teresa para acabar com o bairro, e isso nós não permitiremos, parta de onde partir. É isso que eu queria dizer.

Muito obrigado e boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Obrigada. Eu acho apenas que, na pauta dos problemas de Santa Teresa, que inclusive foram debatidos nas Audiências Públicas do Plano Diretor, existe também essa questão gravíssima da favelização em massa do bairro. Em massa. Então, isso precisa ser contemplado, sob pena de nós ficarmos brigando aqui, um grupo com outro, e a favelização acabar com o bairro.

Acho que temos, em Santa Teresa, um dos exemplos de áreas críticas onde essas questões de direito urbano, de pacto urbano têm que ser resolvidas. E elas têm que ser resolvidas com paciência, com legislação e com políticas, com políticas participativas. Quem mais deseja fazer uso da palavra?

A SRA. LEDA MAGNO DE CARVALHO - O Plano Diretor anterior tratava da área territorial, do planejamento da área territorial do município. O Plano Diretor atual possivelmente não vai ter tempo de fazer, mas, se isso tivesse sido feito, esse senhor estaria contemplado. E não só ele em Santa Teresa, mas a cidade como um todo. A proposta do Plano Diretor era implantar o zoneamento econômico-ecológico. O que é o zoneamento econômico-ecológico? É contemplar a área natural que nem consta no Plano Diretor. Consta no Plano Diretor uma área urbana, e na verdade, não existe área urbana sem área rural. Hoje, existe até a questão da segurança alimentar, fundamental. Não se pode pensar que você está numa área urbana e vai depender do vizinho para comer. Tem que haver essas coisas aqui! A área rural é fundamental. Não é vanguardismo não ter uma área rural. Tem que ter a área natural contemplada, a

área rural e urbana contempladas. No meu entendimento, o planejamento urbano, bom ou ruim, sempre existiu. Contemplar a área natural, preservar, conservar aonde? Só há conservação e a preservação na área natural e rural quando há o limite territorial onde isso se instala e acontece. A questão de Santa Teresa pode ser um mostruário da cidade. Entretanto, enquanto não for implantado o zoneamento econômico, ecológico com a participação de todo mundo, será uma retórica. Estamos falando...

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Acho que você tem toda razão. Por isso, a Secretaria de Meio Ambiente encaminhou, como proposta na revisão do Substitutivo, o tema do zoneamento. Não sei se Ruth ou Magda querem falar alguma coisa sobre isso.

A SRA. LEDA MAGNO DE CARVALHO - Gostaria de acrescentar ainda que isso é fundamental, mas não vai dar tempo para esse Plano Diretor. Isso requer conhecimento, participação que ainda não houve nem para as questões já discutidas. Acho que falta no município uma coisa que não há em todos os estados, que é relevante, um Código Ambiental. Tem que haver um Código Ambiental para a cidade!

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Está certo. Agradeço a sua colaboração. Acho que você levantou pontos importantes que realmente são essenciais. O zoneamento econômico-ecológico é um problema não só no Rio de Janeiro, mas nacional. O Brasil vem adiando, sucessivamente, seu compromisso com esse zoneamento. E exatamente porque não tem zoneamento, os problemas vão se exacerbando, os conflitos vão crescendo. Na hora em que temos a divisão das áreas críticas, das áreas vulneráveis, das áreas protegidas e livres, podemos realmente fazer políticas mais coerentes. Estamos de acordo também com a questão do Código Ambiental. Acho que a Ruth quer falar alguma coisa.

A SRA. RUTH SALDANHA - Só estou querendo acrescentar duas coisas: a nossa companheira da Secretaria de Meio Ambiente, parte dessas discussões na Câmara Técnica de Políticas Ambientais, a Leda participou, temos debatido bastante o assunto. Uma coisa que queria ressaltar é o nosso pedido, bem como da Câmara Técnica e do Consemac, de que alguma maneira a gente consiga sistematizar um debate onde possamos incluir essas questões que, para o zoneamento da cidade, para o controle ambiental são necessárias. A unanimidade dos técnicos é total. Não temos condições de executar políticas ambientais se não criarmos esses instrumentos.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Bem rápido.

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES - Fiz uma proposta. Primeiro, quero parabenizar Santa Teresa. Outro dia estive em Santa Teresa, fiquei encantada. Consigo entender o que vocês dizem. Parece uma cidadezinha fora do Rio de Janeiro. Aquelas lojinhas de artesanato... fui ao restaurante Espírito Santo, jantei do lado de fora, uma coisa super-romântica. Fiquei encantada. Meu

filho me chamava, reagia. Mas fui lá! Acho que há cariocas que ainda não descobriram.

Numa reunião que tivemos no plenário, parecia que a Audiência era só de Santa Teresa. Isso me chamou atenção e falei: “Como eles são interessados nas questões ambientais.” Coloco-me à disposição de vocês, no sentido de imaginar o que vocês querem. A gente quer um bairro turístico, mas não quer descaracterizar em hipótese alguma.

Fiz uma proposta para o artigo que trata dos instrumentos de gestão ambiental. Acho que falta incluir o Consemac, o Conselho Municipal de Meio Ambiente, já que entendo a participação das entidades da sociedade civil como fundamentais na gestão pública. Com relação às unidades de conservação, mesmo com a obrigatoriedade de se adequar ao SNUC, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, não seria oportuno explicitar a importância da implantação do plano de gestão e/ou plano de manejo?

Outro ponto importante é com relação ao sistema municipal de licenciamento ambiental, já que em função do convênio entre o Governo do Estado e a Prefeitura do Rio, a responsabilidade passa a ser integralmente da Prefeitura. Entendo que essa matéria deva receber um tratamento super-especial no contexto do Plano Diretor. Aí, queria saber a posição da Secretaria com relação a essa questão. E aproveitar, Secretaria... A Secretária Rosa, quando se propõe a fazer uma coisa, faz bem. Eu sou bióloga, mas entendo que a ex-vereadora e Secretária entende mais de meio ambiente do que eu. Queria pedir um favor. Vou sair porque vou para o médico. Houve um acidente comigo na Avenida das Américas, e queria que você olhasse com carinho uma questão. Já soube que está na Casa. Nos retornos da Avenida das Américas, desculpe porque o assunto não é meio ambiente, todos os retornos, os cruzamentos têm umas plantas altas.

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES - Já estão sendo retiradas.

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES - Bati com o carro. O sinal estava fechado, abriu e uma moto entrou no meu carro. Fui lá e percebi que as plantas tiravam a visibilidade do cruzamento. Claro, se o rapaz não tivesse avançado o sinal, com certeza não iria acontecer nada. Estou feliz em saber isso com relação a essa questão.

A SRA. RUTH SALDANHA - O que mandamos como proposta trata da questão do capítulo de políticas ambientais, especificamente o licenciamento ambiental, que gostaríamos de ver acrescentado.

Com relação às unidades de conservação, a legislação brasileira pressupõe que as unidades de conservação têm seu plano de manejo e a gestão. Quer dizer, a gente não tem como implantar as unidades de conservação sem aos poucos implantarmos os planos de manejo. No momento, a Secretaria tem um contrato que contempla as várias unidades de conservação. Tem um problema sério. A metodologia para planos de manejo do Brasil, no momento, é adequada a grandes áreas de unidade de conservação. O que acontece? Outra grande metrópole do Brasil é São Paulo. E São Paulo não tem unidade de conservação. São Paulo, infelizmente, tem 16.5 milhões de habitantes, com 4,4 m<sup>2</sup> de verde



por habitante colocados na página da Secretaria de Meio Ambiente de lá, incluindo, na metodologia que mediu isso, os canteirinhos de frente de prédio. O Rio de Janeiro é uma área especial. Aí, trabalhar esse novo conceito de unidade de conservação com esse adensamento de população, com essas características muito peculiares de metrópole... Se você espacializar a legislação ambiental... O que quer dizer isso? Pegar a legislação ambiental e colocar no mapa. Se fizer isso, tem vários pontos de conflito. Como isso vai se dar dentro da legislação que não é municipal, mas federal? Essa metodologia é que está atrasando nosso plano de manejo. Os técnicos da Secretaria não gostaram do que foi apresentado, apesar dos mapeamentos serem bastante extensivos e tal. No Plano Diretor isso não é necessário pôr. Até pode colocar. Acho que o que redundar não vai atrapalhar de forma alguma. É uma coisa que a gente está fazendo. Internamente na Secretaria tem esse debate porque não gostamos do que foi feito, por causa da nossa complexidade ambiental. Em qual metrópole do mundo há jacaré do papo amarelo, o maior índice de biodiversidade de fauna e flora como aqui? É bem difícil mesmo.

O SR. LUÍS DE SOUZA ALVES – Gostaria de comentar outro assunto. Dentro do Plano Diretor, vocês falam da área rural produzir alimentos saudáveis. Vocês esqueceram de uma coisa – da comercialização. Já estive na Secretaria, conversei com um rapaz. Esse projeto não vinga porque não é permitido, ultimamente no Rio de Janeiro, o licenciamento de feiras ecológicas. Nenhuma feira tem licenciamento, todas são ilegais. Todas! Até a Feirinha da Glória, que tem quinze anos, não tem alvará. Pergunto: o que adianta produzir na Zona Rural, se não há como comercializar? Como faz para baratear esse produto? No mercado o ágio é de 20%. Ora, a proposta é fazer do produtor ao consumidor. Temos de permitir a legalização dessas feiras orgânicas, que são feiras limpas. A Comlurb não tem nenhum trabalho, porque eles recolhem o próprio lixo. É bonito no papel. Mas prática é transformar, fazer como nos Estados Unidos e na Europa, supermercados de produtos orgânicos. Somos o segundo consumidor no Brasil de produtos orgânicos, mas só chega a algumas pessoas. O ideal é que chegasse a todos. O alimento orgânico é saúde. Acho fundamental essa questão, que está relegada. É uma economia que as secretarias e o Ministério fariam. Um ser humano bem alimentado é uma economia com gasto de saúde. A Suíça já comprovou isso.

Existe um projeto na Secretaria para ser encaminhado ao Cesar Maia. Está demorando, mas deve sair. Senão, Srs. Vereadores, façam um projeto de lei permitindo as feiras ecológicas em toda a Cidade do Rio de Janeiro. Existe muito produtor querendo se tornar produtor orgânico.

Muito obrigado.

A SRA. RUTH SALDANHA – Eu agradeço, especialmente, como consumidora. Sou totalmente vegetariana. Enfim, um dos itens da nossa proposta, não apenas porque sou vegetariana, mas porque significa valorizar o meio ambiente, é a questão da inclusão do zoneamento ecológico e econômico. Quer dizer, toda essa questão econômica que envolve a agricultura sustentável ficará valorizada com esse zoneamento, que vai relacionar a parte ambiental da cidade com sua devida e adequada valorização econômica.

Outra coisa é a importância da alteração do Artigo 9º, onde se espera que haja um detalhamento, com a inclusão das áreas agrícolas, como já de início, no primeiro artigo do Plano Diretor. O primeiro artigo define a cidade como sendo uma área apenas urbana. E que isso esteja detalhado: a cidade se divide em área urbana, rural e natural. Somos número um em diversidade no planeta. Não podemos abrir mão da nossa produção agrícola, a sétima maior produção do Estado. Não podemos abrir mão da segurança com esse cenário ambiental que temos. As principais cidades do planeta estão se planejando, temos que segui-las, porque é a atitude mais adequada do ponto de vista técnico e da saúde das pessoas.

O SR. JOSÉ LEOMAX DOS SANTOS – Estou no grupo da Uerj que hoje apóia a Câmara nos trabalhos das emendas ao Plano Diretor. Achei essas emendas e a proposta do Consemac muito estruturantes. São emendas ao Plano Diretor, no sentido de que muitas das propostas colocadas são vocacionais a programas que atendam a demandas pontuais. Na realidade, esse elenco colocado do Consemac é estruturante e, extremamente relevantes. Devemos trazer algumas questões novas para o texto Saneamento do Plano Diretor, como, por exemplo, a inserção da nova lei de saneamento, Lei nº 11.445, que definiu saneamento ambiental, que exige plano municipal de saneamento básico e plano de drenagem, além de trazer novas figuras, ainda não existentes no nosso vocabulário, no nosso trabalho diário, que está sendo regulamentado na área federal.

Essa inserção me parece extremamente importante, porque diz respeito à questão do controle da permeabilidade do solo. Essa questão do controle tem tremendas implicações no Código de Obras. Chega a reservatório de teto, com o estrangulamento da drenagem, dos tubos de queda para se evitar picos de escoamento em áreas críticas. Há também a questão do gerenciamento e proteção dos mananciais, o controle de poluição em todos os aspectos.

A Secretária falou que essas propostas de emendas foram encaminhadas à Câmara. Atualmente, têm complementação? Ainda estão sendo debatidas pelo Consemac ou as questões desse órgão já foram fechadas e encaminhadas à Câmara? Queria um esclarecimento adicional sobre essas questões.

A SRA. RUTH SALDANHA - Inclusive, vou passar essa questão para o responsável pela Câmara Técnica de Políticas Ambientais para detalhar melhor. Na verdade, esse encaminhamento foi feito, justamente, porque pedimos mais tempo para a discussão. Acho que o Santiago pode explicar isso.

O SR. SANTIAGO VALENTIM DE SOUZA - Faço a parte de coordenação dessa Câmara Técnica, que em outubro estava totalmente desativada. Com muitos esforços conseguimos aglutinar um grupo de pessoas. Começamos a procurar o maior número possível de situações problemáticas, importantes de serem discutidas no Plano Diretor. Uma delas é o saneamento. Como podem ver temos aí uma linha geral.

Então, há um grande conteúdo, mas diversos detalhes acabam necessitando de parâmetros mais limitantes. Essa situação do problema da agricultura, começamos a discutir por uma coisa curiosa no Rio de Janeiro. Em

função do Artigo 9º, nenhum agricultor da Zona Oeste tem direito a qualquer tipo de investimento ou incentivo financeiro, porque é considerada área urbana. Alguns optavam pelo seguinte. Quem tinha uma área de alguns hectares, com alguma plantação, resolvia jogar fora, porque não queria pagar R\$ 90 mil de IPTU. Como vai pagar esse IPTU? Obviamente, surge mais uma problemática social. Estamos tentando jogar isso, junto com uma pessoa específica na Secretaria, o Dr. Júlio, pessoa altamente ligada a esta parte de agricultura. Estamos mudando o eixo, amarrando o termo agropecuária. Senão, ficam achando que é agricultura, mas há psicicultura e outros tipos de envolvimento. Quando falamos pecuária, pensam só em gado, mas não é.

Há uma série de parâmetros. O que aconteceu? Começamos a ver que precisamos amarrar, delimitar determinados índices que foram citados. O caso de saneamento é colocar “aplica-se”. Mas, em outros casos, precisamos jogar no Plano uma amarração. E isso esbarra em quê? No problema urbanístico. Então, é um trabalho em conjunto, tanto que essa Câmara está conseguindo fazer uma coisa muito importante. Trouxe para a discussão do Plano a área urbanística. Afinal de contas, há um tempo, a discussão sobre meio ambiente limitava-se ao biólogo, ao ambientalista. E a coisa é muito mais profunda. Hoje, é um problema sócio, econômico, político e cultural.

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES - Até psicólogos discutem, como eu!

O SR. SANTIAGO VALENTIM DE SOUZA - Hoje, existe essa interdisciplinaridade dentro da Câmara. Procuramos ter uma visão mais ampla. Assim, vamos descobrindo que surgem novas situações problemáticas. Estamos sugerindo, via Consemac, a formação de, um grupo de estudo. Agora, observamos uma coisa. Hoje, o Plano Diretor começa a ser problemático, porque está caindo a ficha na sociedade. Isso é algo para ser cumprido. É o que vai servir como marco regulatório da Cidade.

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES - Referência.

O SR. SANTIAGO VALENTIM DE SOUZA - O nível de mobilização, infelizmente, é pequeno. Somos muito poucos! Lemos nos jornais que dois milhões de pessoas se reúnem na praia para sair num bloco! E sem falar em outros milhões que se reúnem em outras situações. No entanto, mal conseguimos juntar cem pessoas para discutir o que vai regular a cidade! O que acontece? Ficam poucos grupos debatendo.

Acho que me estendi muito. Existem outros parâmetros e estaremos indicando outros elementos. Esses elementos são modelos para uma linha de amarração urbanística, possibilidades de ambiência. Muita coisa vai depender da lei de uso e ocupação do solo, enfim, do Código de Obras. Então, existe uma legislação paralela que complementa necessidades inseridas nesse Plano.

(Assume a Presidência a Sra. Vereadora Nereide Pedregal, Presidente da Comissão)

A SRA. PRESIDENTE (NEREIDE PEDREGAL) - Muito obrigada.  
Vou passar a palavra à Secretária.

A SRA. SECRETÁRIA ROSA FERNANDES - Queria agradecer mais uma vez, e dizer que a Secretaria está de portas abertas. Estamos nos colocando à disposição para qualquer discussão ou participação da equipe técnica. Basta nos convidar. Todos gostam muito de discutir esse tema, que disputa muito interesse. Quero agradecer a vocês, colocando-me à disposição em nome da Secretaria.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (NEREIDE PEDREGAL) - Secretária, agradeço a sua presença. Agradeço a todos que aqui estiveram abrilhantando nosso Seminário sobre o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro.

Muito obrigada.

Está encerrado o Seminário.

(Encerra-se o Seminário às 17h18)